

RESOLUÇÃO N° 315 /2013 - CR.

Dispõe sobre a proposta de reajuste tarifário da empresa Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, conforme processo n° 201300029001578.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei n° 17.268, de 4 de fevereiro de 2011;

Considerando que o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro 1999 e inciso VIII, do art. 4º, do Decreto n° 7.755, de 29 de outubro de 2012, estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentados pelo Conselheiro Presidente do Conselho Regulador, deverão por ele ser deliberados;

Considerando o disposto no inciso XIV, do § 2º, do art. 1º, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e inciso XIV, do § 4º, do art. 1º, do Decreto n° 7.755, de 29 de outubro de 2012, definem a competência da AGR para regular, controlar e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico;

Considerando o disposto no inciso X, do art. 2º, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e inciso XII, do art. 2º, do Decreto n° 7.755, 29 de outubro de 2012, que tratam da competência da AGR para acompanhar, controlar e aprovar as tarifas dos serviços públicos;

Considerando o disposto no inciso IV, do art. 22, da Lei Federal n° 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que trata da definição das tarifas e a enquadra como um dos objetivos da regulação;

Considerando o disposto no inciso I, do art. 17, da Lei n° 14.939, de 15 de setembro de 2004 e no inciso I, do art. 16, do Decreto n° 6.276, de 17 de outubro de 2005, que, respectivamente, instituiu o Marco Regulatório da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e o seu regulamento;

Considerando o Estudo do Reajuste Tarifário 2013, realizado pela Gerência de Saneamento Básico da AGR, referente à tarifa de água e esgoto da empresa de Saneamento de Goiás S/A. - SANEAGO, que passa a fazer parte integrante deste ato;

Considerando a decisão do Conselho Regulador da AGR, em sua reunião realizada no dia 25 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o reajuste tarifário referente ao ano de 2013 da empresa Saneamento de Goiás S/A. - SANEAGO, com a aplicação dos índices de reajustes para as tarifas nos seguintes percentuais:

I - para a tarifa de água e esgoto o percentual de 6,02% (seis vírgula dois por cento), a partir do dia 1º de maio de 2013, sobre a tabela tarifária vigente em dezembro de 2012;

II - para a tarifa básica (custo fixo mínimo) o percentual de 6,02% (seis vírgula dois por cento), sobre a tabela tarifária vigente em dezembro de 2012, a partir do dia 1º de maio de 2013, exceto para os usuários que dispõem de fonte alternativa, que pagarão o equivalente ao valor fixado para o volume de 10m³ (dez metros cúbicos) de água por economia/mês.

Art. 2º Homologar a estrutura tarifária das tarifas de água e esgoto a ser praticada pela empresa Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, a partir de 1º de maio de 2013, conforme anexo único.

Parágrafo único. A SANEAGO deverá colocar em seu site e postos de atendimento para consulta dos interessados a tabela de que trata o anexo único desta Resolução.

Art. 3º A efetiva aplicação do reajuste tarifário de que trata esta Resolução fica condicionada ao atendimento do que dispõe o § 13, do art. 24, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, acrescido pela Lei nº 16.653, de 23 de julho de 2009.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 25 dias do mês de março de 2013.

Humberto Tannús Júnior
Conselheiro Presidente

RESOLUÇÃO Nº 315 /2013 - CR

ANEXO ÚNICO

ESTRUTURA TARIFÁRIA

1- TARIFAS BÁSICAS (Lei 14.939, Artigo 57, Parágrafo 8) - custo mínimo fixo:

Serão cobradas por economia de água faturada, e na ausência desta, por economia de esgoto faturada, as seguintes Tarifas Básicas:

Categoria Residencial Social	R\$ 3,79/mês
Categoria Residencial Normal	R\$ 7,58/mês
Categoria Comercial I	R\$ 7,58/mês
Categoria Comercial II	R\$ 3,79/mês
Categoria Industrial	R\$ 7,58/mês
Categoria Pública	R\$ 7,58/mês

2- TARIFAS / CONSUMO:

CATEGORIAS	Faixas de consumo / economia	TARIFAS		
		ÁGUA (R\$/m³)	ESGOTO (R\$/m³)	
	(m³/mês)			Coleta e afastamento
Residencial Social (sem fonte alternativa água)	1 - 10	1,25	0,91	0,25
	11 - 15	1,42	1,04	0,28
	16 - 20	1,62	1,19	0,32

CATEGORIAS	Faixas de consumo / economia	TARIFAS		
		ÁGUA (R\$/m³)	ESGOTO (R\$/m³)	
	(m³/mês)		Coleta e afastamento	Tratamento
Residencial Normal (sem fonte alternativa de água)	1 - 10	2,50	1,83	0,50
	11 - 15	2,84	2,08	0,57
	16 - 20	3,24	2,37	0,65
	21 - 25	3,68	2,69	0,74
	26 - 30	4,16	3,04	0,83
	31 - 40	4,74	3,46	0,95
	41 - 50	5,36	3,92	1,07
	+ 50	6,11	4,46	1,22
Residencial Normal (com fonte alternativa de água)	1 - 10	2,50	2,00	0,50
	11 - 15	2,84	2,27	0,57
	16 - 20	3,24	2,60	0,65
	21 - 25	3,68	2,94	0,74
	26 - 30	4,16	3,32	0,83
	31 - 40	4,74	3,79	0,95
	41 - 50	5,36	4,29	1,07
	+ 50	6,11	4,89	1,22
Pública	1 - 10	4,74	3,79	0,95
	+ 10	5,36	4,29	1,07
Comercial I (Médio e Grande Porte)	1 - 10	5,36	4,29	1,07
	+ 10	6,11	4,89	1,22
Comercial II (Pequeno Porte sem fonte alternativa de água)	1 - 10	2,69	2,15	0,54
Industrial	1 - 10	5,36	4,29	1,07
	+ 10	6,11	4,89	1,22

Reajuste Linear: 6,02% para as tarifas e para o custo mínimo fixo

3- FONTES ALTERNATIVAS:

Serão faturados mensalmente $10\text{m}^3/\text{economia}/\text{mês}$ para os clientes com fontes alternativas de água.

(PUBLICADA NO D. O. Nº 21.556, DE 26 DE MARÇO DE 2013)